

A questão militar

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista (andregustavo10@terra.com.br)

Nos anos cinquenta, século passado, a empresa United Fruit operava em Honduras, Guatemala, Nicarágua, El Salvador, Costa Rica, Colômbia e várias ilhas no Caribe. Produzia mais lucros em dólares que a maioria das que trabalhavam dentro dos Estados Unidos. O império era obra de um homem só: Sam Zemurray, judeu nascido nas cercanias do Mar Negro que fugiu para a América, numa época de perseguição religiosa. Edward L. Bernays, também judeu, se vangloriava de ser o pai das relações públicas. Os dois juntos promoveram a banana como item indispensável da nutrição do norte-americano e derrubaram governos que colocaram dificuldades para a expansão do negócio.

A Guatemala foi a principal vítima. Naquele país, um golpe militar apoiado pela CIA derrubou o governo progressista de Jacobo Árbenz. Os motivos para o golpe de Estado são conhecidos no Brasil. O então presidente daquele país foi acusado de planejar e facilitar a entrada do comunismo soviético no continente. A obra de relações públicas espalhou o medo. Os militares fizeram o resto. Um discreto vendedor de enciclopédias, que tentava a vida naquele país, assistiu a tudo e percebeu que qualquer avanço político na América Latina exigiria a reforma dos exércitos. Seu nome ficou famoso depois: Ernesto Che Guevara.

Para ter uma ideia da abrangência da ação de promoção comercial e relações públicas, a cantora brasileira Carmem Miranda (a Chiquita Bacana dos filmes) fez sucesso enorme com seus chapéus de cachos de bananas que divulgavam as virtudes

da fruta. Enquanto ela cantava, a United Fruit fatu-rava. Mas a questão, além da operação de relações públicas, é a participação das Forças Armadas na política do país. No exemplo da Guatemala foi um desastre. O Exército se alinhou aos grupos de direita norte-americanos e, juntos, promoveram o golpe que derrubou o governo democrático.

Essa é a velha questão que reaparece no Brasil de hoje. E vai e vem ao longo da história política brasileira desde a Proclamação da República, que, na verdade, foi um golpe de Estado militar contra o Império, apoiado por agricultores revoltados com o fim da escravidão. A República, com raízes positivistas (ditadura republicana na definição de Augusto Comte), nasce protegida pelos militares. Esse é o ponto.

Na Espanha, após a morte do ditador Francisco Franco e do acordo político chamado de Pacto de Moncloa, o primeiro-ministro Felipe Gonzalez decidiu, em 1982, reformar as Forças Armadas. Seu ministro da Defesa, Narcis Serra, promoveu profunda reforma no setor. De início, acabou com o conceito de inimigo interno. No Brasil, o inimigo interno é o comunismo, desde a intentona de 1935, quando, segundo o relato oficial, dentro dos quartéis, recrutas foram atacados dormindo. Esse episódio passa de geração para geração nos bancos escolares militares.

Acabar com o inimigo interno é bom começo, mesmo porque o comunismo no século 21 não tem nada a ver com o comunismo soviético dos anos trinta. O maior país comunista hoje, que é a China, pratica um capitalismo de Estado muito peculiar. O mundo está cheio de milionários chineses. A União Soviética se transformou em Rússia, que hoje é um

Estado autoritário, chefiado por um autocrata solitário e cercado de agentes secretos que prendem dissidentes. As Forças Armadas não devem ser lançadas contra os nacionais. Ou seja, não é razoável opor brasileiro contra brasileiro.

O segundo item bem trabalhado pelos espanhóis foi rever o ensino militar. Modificar os conceitos políticos, abrir as escolas militares aos civis e incentivar militares a estudar em escolas civis. Ou seja, oxigenar o ensino militar com ideias e conceitos originários de outros polos de conhecimento. Nos Estados Unidos é comum militares de variados níveis frequentarem escolas civis. E o fazem fardados sem qualquer constrangimento. É fato corriqueiro, que não chama a atenção de ninguém.

O Exército brasileiro é muito grande. Pode ser reduzido, com maior utilização de inteligência artificial e tecnologia. As Forças Armadas precisam ter mais rapidez, maior mobilidade e capacidade de responder a problemas externos. Até hoje, por exemplo, não se sabe a origem do petróleo que sujou as praias do Nordeste brasileiro. A Marinha não conseguiu determinar de onde o óleo vazou. As fronteiras brasileiras são vulneráveis. O tráfico de drogas e armas não respeita os limites do país e invade o território nacional sem constrangimentos. As Forças Armadas não conseguem impedir essa invasão.

A tradição política brasileira é varrer desavenças para baixo do tapete e esquecer o problema. Foi assim com a anistia. Agora, há a oportunidade de modificar a maneira de agir das Forças Armadas. A reunião do presidente Lula com os ministros militares pode ter sido o primeiro passo.

O exemplo do Butão

» ISAAC ROITMAN
Professor emérito da Universidade de Brasília e da Universidade de Mogi das Cruzes, pesquisador emérito do CNPq, membro da Academia Brasileira de Ciências e do Movimento 2022-2030 — O Brasil e o mundo que queremos

Recentemente, tive o privilégio de assistir a uma entrevista feita no Brasil pelo educador Thakur Sing Powdyel, ex-ministro de Educação do Butão, que participou do V Congresso Internacional de Felicidade que ocorreu em novembro de 2022 em Curitiba. Ele é o responsável por criar o conceito de Felicidade Interna Bruta (FIB) — Gross National Happiness (GNH) — na educação desse país que é um pequeno reino enclavado nos Himalaias, onde moradores vivem em estado de completa harmonia, em um cenário de 8 mil metros de altitude moldados por florestas e rios.

Os primeiros conceitos desse novo indicador em que o bem-estar deve se sobrepor ao crescimento material foi introduzido em 1972 e vem chamando a atenção de grandes nações. Isso porque, com o colapso ambiental e econômico que o mundo vem enfrentando, o Butão se tornou referência de nação em desenvolvimento que colocou a conservação ambiental e a sustentabilidade no centro da política, já que, após aderir ao FIB, o país dobrou a expectativa de vida, matriculou quase 100% das crianças em escolas primárias e reformulou a infraestrutura.

A visão do Butão, as metas e os resultados alcançados foram ponto de partida para que a ONU, com o apoio da comunidade internacional, recriasse o conceito de FIB para ser aplicado como forma de medir o desenvolvimento de comunidades e de colaborar para o crescimento e a erradicação da pobreza em países em desenvolvimento.

No Butão, a cultura e os costumes estão diretamente conectados à felicidade. O país é considerado um dos melhores lugares do mundo para viver. A educação é pública e de qualidade, o acesso à saúde é gratuito, não existem pessoas analfabetas e todos os cidadãos têm acesso à água potável. Além disso, os índices de desigualdade são baixos, e é, também, um dos países menos corruptos do mundo.

A pobreza é praticamente imperceptível e diminuiu todos os anos, o meio ambiente está no centro de tudo e a economia está crescendo. Esse cenário pode parecer uma ficção. Felizmente é real. Os butaneses, vivendo a 8 mil metros de altura, são quase extraterrestres inteligentes.

O conceito do FIB foi incorporado ao sistema educacional em 2009 por Thakur Sing Powdyel, através da Escola Verde (Green School). A escolha da cor representa uma metáfora da vida. Verde representa tudo que dá suporte à vida em suas variedades e formas. A principal missão dessa escola não é a de produzir mão de obra para o mercado, mas a de formar verdadeiros seres humanos, em que a retidão e as condutas sejam moldadas e aperfeiçoadas no dia a dia. Essa educação holística é baseada em vários pilares: meio ambiente, cultura, conhecimento, valores acadêmicos, estética, espiritualidade e ética.

Esse espaço escolar permite que estudantes, educadores e família amadureçam o conceito de responsabilidade social por meio da cooperação. Na dimensão afetiva, as crianças constroem atitudes, comportamentos e desenvolvem suas habilidades físicas, socioemocionais e culturais. Essas dimensões estimularam a correta hospitalidade, sociabilidade e coesão, metas dessa educação holística que une os cérebros aos corações. As gerações futuras moldadas nessa verdadeira inovação educacional certamente viverão em paz consigo mesmas e com os seus semelhantes.

Muitos conceitos nessa inovação educacional implantada no Butão foram inspirados na obra de Paulo Freire, a *Pedagogia do oprimido*. Para ele, o educando assimilaria o objeto de estudo fazendo uso de uma prática dialética com a realidade, em contraposição à educação bancária, tecnicista e alienante. O educando criaria a própria educação, fazendo ele próprio o caminho, não seguindo um já previamente construído, libertando-se de chavões alienantes. O educando seguiria e criaria o rumo do seu aprendizado por meio do desenvolvimento da própria autonomia.

No Brasil, ao contrário do Butão, temos um sistema educacional ultrapassado, uma atenção à saúde deficiente, uma desigualdade social alarmante e um desrespeito ao meio ambiente. Oxalá adotemos o FIB em vez de indicadores incompletos como o PIB (Produto Interno Bruto) e o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Vamos vislumbrar um futuro virtuoso para o Brasil e para o mundo, praticando o exemplo do Butão.



Minha visão holística sobre racismo

» BEETHOVEN ANDRADE
Advogado, é presidente da Comissão de Igualdade Racial da OAB/DF

Existe uma linha tênue entre o que é racismo e aquilo que é considerado resultado natural de ações do Estado e da sociedade, em especial aqui no Brasil. Por muitos anos, vimos veículos de comunicação valer-se da imagem da pessoa negra como principal vetor de piadas e caóticos dramas, o que fomentou na coletividade a naturalização do comportamento discriminatório herdado do período escravocrata. Ao mesmo tempo, para o Estado, a existência de favelas, assentamentos, invasões, subemprego etc. resulta de uma falibilidade individual, visto que, a despeito do possível, as políticas públicas são ofertadas a aparente contento, demonstrando a existência de uma escassa meritocracia.

Claro, mudar algo histórico, sobretudo o comportamento social, é algo demasiadamente difícil. Se, por um lado, é possível observar avanços no combate à discriminação e ao preconceito racial, por outro, cintila a resistência daqueles que veem o racismo como algo que surge do imaginativo dos negros, mero refluxo de suas fragilidades resultantes da posição de minorização social, política e econômica.

Debater políticas antidiscriminatórias nos conduz, inevitavelmente, aos estudos acadêmicos sobre a temática; não que seja ruim, mas é como se o negro estivesse sempre no polo passivo epistêmico e, por mais que avance, não consegue se desvencilhar da atuação coadjuvante na própria história.

Em 2021, o Supremo Tribunal Federal pacificou o entendimento de que injúria racial possui status de crimes de racismo, portanto, imprescritíveis

e inafiançáveis. Porém, entender o racismo dessa ótica resulta compreender o que estruturalmente e institucionalmente é o racismo: volátil, mutável e extremamente moderno, sem falar de sua resistência diamantina, traduzido em comportamento aversivo que une aqueles que defendem que o racismo não existe, mas continuam praticando atos discriminatórios e excludentes.

Para críticos, a injúria racial, ou qualificada, tem por escopo, tão somente, individualizar o racismo brasileiro, amenizando e o reduzindo à subjetividade dos envolvidos e aos conflitos interpessoais de uma sociedade incapaz de conviver com suas diferenças. Seria um mecanismo com intuito precípuo de alertar à sociedade que o Estado não é discriminatório em suas ações, ou na ausência delas, mas que pessoas isoladamente possuem comportamentos incondizentes com a paz social e que o Estado está atento, ainda que ineficaz, à visão da coletividade negra.

Traduzir os efeitos e as angústias do racismo estatal (estrutural e institucional) é de sobejo mais dificultoso que interpretar processualmente as aflições de uma agressão à subjetividade da pessoa negra com base em sua cor de pele, tão debatida academicamente. Enquanto aquele invisibiliza a subjetividade étnico-social das pessoas negras em esfera coletiva, o preconceito e discriminação ferem uma consciência individual sobre a condição de pessoa negra em uma coletividade, ou seja, uma visão de integração e pertencimento à sociedade, mas ambos

possuem condão de macromarginalizar, excluir ou inferiorizar a coletividade negra, não o indivíduo. Por isso, injúria, preconceito e discriminação, na esfera penal, devem ser tratados como comportamentos racistas, consequência de um mal maior.

Longe dos estudos acadêmicos, onde não há epistemologia, cada pessoa convive com o racismo à sua maneira, engolido por um monstro invisível que há muito a fez assimilar que a vida é assim, dura mesmo, que o ódio pelo tom de pele, ainda que inato, é algo que não pode interferir no cotidiano coletivo, que o subemprego, a vida indigna é apenas reflexo de um fracasso pessoal, muito embora resulte da inexpressiva e falível prestação de serviços públicos, enquanto que, para olhares turvos, a ausência de condições iguais de oportunidade é apenas um infortúnio. Sorte é ter privilégios e conseguir ser indiferente aos que não os têm.

De tal modo, para uma visão holística sobre o racismo, é imperioso reconhecer que individualmente cada pessoa sentirá seus efeitos de modo dispar, fenômeno que jamais poderá ser traduzido aos livros ou trabalhos acadêmicos, mas tão real quanto a impossibilidade de definir o racismo criminalmente, tendo-se em vista seu caráter não rígido e adaptável aos avanços das políticas afirmativas. Poderíamos apenas concluir, de certa maneira, que apenas superaremos o racismo quando o Estado der efetividade às políticas afirmativas e inclusivas, se divorciando, por fim, da falácia de democracia racial.